



HELDER CAMARA E AS IDEOLOGIAS DA MISÉRIA: CRÍTICAS POLÍTICAS E TEOLÓGICAS AO MALTHUSIANISMO

Pablo Guilherme de Lima Amorim
Universidade Católica de Pernambuco
pablo.amorim.estudos@gmail.com

Arthur Silva dos Santos
Universidade Católica de Pernambuco
arthur.00000855060@unicap.br

Resumo: O presente artigo analisa quatro discursos de Dom Helder Camara, proferidos entre 1968 e 1978, como uma refutação categórica ao fatalismo da teoria malthusiana e suas vertentes póstumas, que atribuíam a fome à escassez natural e ao crescimento populacional descontrolado. A introdução parte do contexto histórico do pós-guerra e regimes ditatoriais, evidenciando como Dom Helder se tornou uma voz dissonante ao denunciar a naturalização da miséria e defender uma economia voltada à vida. O objetivo central é demonstrar como suas palavras realizam um deslocamento epistemológico e ético ao retirar a fome da esfera da fatalidade demográfica e reposicioná-la como expressão do “pecado social” e da “violência-mãe”, vinculada às estruturas históricas de dominação e dependência. A metodologia articula uma leitura hermenêutica e crítica dos discursos de Dom Helder analisados por Luiz Carlos Luz Marques e Lucy da Silva Pina Neta no capítulo “Helder Camara e La Pace”, incluído no livro *Quam Pulchri – Settanta saggi per i settant’anni del Cardinale Matteo Zuppi*, organizado por Nicla Buonasorte e Alberto Melloni (2025), com base nas matrizes teóricas de Karl Marx, Josué de Castro e Enrique Dussel. A perspectiva estrutural de Marx e Castro permite compreender a fome como produto histórico das relações de produção e da dependência centro-periferia, enquanto a Ética da Libertação de Dussel fundamenta o imperativo helderiano de ouvir o “Outro” e transformar as estruturas de exclusão. Como resultado, identifica-se nos discursos de Dom Helder uma síntese entre espiritualidade e ação política, em que a fé assume dimensão emancipatória. Tal análise evidencia que a crítica ao malthusianismo não se limita ao campo econômico, mas

constitui um gesto histórico de denúncia das injustiças legitimadas pela ciência e de anúncio de uma nova racionalidade baseada na solidariedade e na justiça social. Conclui-se que Dom Helder pode ser compreendido, à luz do conceito formulado por Luiz Carlos Luz Marques (2012), como um operador social do sagrado, sujeito histórico que traduziu o sagrado em prática libertadora e transformou a fé em instrumento de justiça e humanização. Seu legado permanece como referência ética e teológica para as lutas contemporâneas contra a fome e em defesa da dignidade humana.

Palavras-chave: Dom Helder Camara; Fome; Malthusianismo.

1. INTRODUÇÃO

O texto se propõe a analisar a profunda e estratégica crítica contida na prática discursiva de Dom Helder Camara, proferida em fóruns internacionais entre o final da década de 1960 e o final da década de 1970. Neste período de Guerra Fria, em que a questão social era instrumentalizada por potências globais, a voz do arcebispo de Olinda e Recife se levantou com um esforço epistemológico e teológico fundamental: romper com as teodiceias que legitimavam a desigualdade social. A análise examina quatro discursos-chave, proferidos em Berlim (1968), Estocolmo (1971), Kansas City (1972) e Sacramento (1978), identificando neles uma confrontação direta com as ideologias de fatalismo que tentavam naturalizar a miséria.

A confrontação central se estabelece, de forma direta ou implícita, com a racionalidade malthusiana, que foi introjetada no neomalthusianismo e que permeava as políticas demográficas e econômicas das superpotências. Para Dom Helder, a fome e a miséria não eram subprodutos de uma lei natural ou de um desígnio divino, mas sim resultados históricos e diretos de estruturas e relações de poder. Sua tese central residia no deslocamento do eixo da culpa: da taxa de natalidade entre os pobres para a desigualdade social e a exploração provocada pelas elites econômicas. Ao redefinir a pobreza como um problema político de distribuição, e não como um problema biológico de produção, ele pavimentou o caminho para uma Teologia da Libertação aplicada e decolonial, dialogando diretamente com as críticas ao eurocentrismo feitas por Enrique Dussel (1995).

Para a compreensão integral da crítica helderiana, é essencial, preliminarmente, revisar os fundamentos da teoria malthusiana, a antítese do pensamento do religioso. Conforme elucida a análise de Damiani (2002), o economista inglês Thomas Robert Malthus estabeleceu, no final do século XVIII, uma premissa que promovia a naturalização da pobreza. Para Malthus, a miséria operava como um "obstáculo positivo" necessário para reequilibrar a desproporção entre o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético dos alimentos. Damiani (2002, p. 14) resgata a lógica malthusiana ao afirmar que, nessa perspectiva, a miséria "mata, ela faz adoecer, ela reduz o número de matrimônios [...] incita os cultivadores a aumentar o emprego da mão-de-obra disponível". Essa

visão transformava a fome em uma fatalidade biológica e moral, isentando as estruturas de produção e as relações de poder de qualquer responsabilidade ética.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções principais: a primeira aborda a crítica direta de Dom Helder ao Malthusianismo e ao Neomalthusianismo, articulando-a com a análise marxista da ideologia e a Teologia da Libertação; a segunda explora a perspectiva teológica do arcebispo, classificando a miséria como a "Violência-Mãe" e a "guerra de fato"; a terceira seção analisa o confronto com o Populismo, que opera a despolitização da pobreza via paternalismo e caridade assistencialista; por fim, a quarta seção investiga a práxis da libertação proposta por Dom Helder, por meio da conscientização e das Minorias Abraâmicas, como resposta política e organizada ao fatalismo.

2. A DESNATURALIZAÇÃO DA MISÉRIA

A crítica existente nos discursos de Dom Helder Camara ao malthusianismo parte de uma rejeição firme à ideia de que a pobreza decorre de fatores naturais ou biológicos. Desde o final do século XVIII, Thomas Malthus argumentava que a população cresceria mais rapidamente que os meios de subsistência, produzindo fome e miséria inevitáveis. Essa formulação transformou desigualdade social em fatalidade demográfica, oferecendo às elites uma justificativa aparentemente neutra para manter estruturas de privilégio. Ao deslocar a responsabilidade da miséria para os pobres, o malthusianismo ocultava as relações de poder e os mecanismos econômicos que geravam a fome.

No século XX, especialmente nas décadas de 1950 a 1970, o neomalthusianismo reassumiu centralidade política. Instituições internacionais passaram a promover políticas de controle populacional nos países periféricos, sugerindo que o atraso econômico era causado pelo “excesso populacional”. Esse discurso, embora revestido de tecnicidade, cumpria a mesma função ideológica do modelo original: desviar a atenção das estruturas de desigualdade, responsabilizando os pobres pelo próprio empobrecimento. Como observa Amélia Damiani (2002), tais perspectivas revelam que “Malthus vive”, permanecendo influentes justamente por oferecer uma explicação conveniente para a manutenção da ordem social.

É nesse ambiente que emergem os discursos de Dom Helder entre 1968 e 1978. Ao indicar, em 1968, que a desigualdade social provocava péssimas condições de vida para famílias pobres no Terceiro Mundo, ele rompe com o núcleo ideológico do pensamento malthusiano. A miséria, para ele, não é o resultado de leis universais, mas de decisões históricas. Essa fala desautoriza qualquer explicação que naturalize ou espiritualize a pobreza, recolocando-a no campo da responsabilidade política. Sua crítica aproxima-se das análises de Josué de Castro (1984), que compreende a fome como criação humana, gerada por modelos de desenvolvimento excludentes, pela concentração fundiária e pela prioridade dada à exportação agrícola.

A crítica de Dom Helder também dialoga diretamente com o conceito marxista de ideologia. Para Marx (2007), a ideologia opera ao transformar relações sociais em aparentes leis naturais. Nesse sentido, o malthusianismo cumpre papel exemplar: apresenta a miséria como consequência direta da demografia, e não de estruturas econômicas fundamentadas na exploração. Dom Helder desmonta essa narrativa ao revelar sua função política e ao demonstrar que a pobreza é produzida, administrada e utilizada em benefício de grupos específicos.

A teologia crítica de Juan Luis Segundo (1978) reforça essa leitura. Para Segundo, a fé autêntica exige discernimento das ideologias que legitimam a injustiça. Uma fé que aceite a miséria como inevitável converte-se em mecanismo de acomodação e perde seu caráter libertador. Dom Helder compartilha desse entendimento ao denunciar a desigualdade. Sua perspectiva teológica, profundamente alinhada à justiça social, evidencia que a miséria não pode ser tratada como destino, mas como violação ética e histórica.

Assim, sua crítica aos alicerces que sustentam o neomalthusianismo não se limita a refutar equívocos demográficos; ela expõe um sistema ideológico que desvia o olhar da sociedade e oculta os responsáveis pela desigualdade. A fome, segundo Dom Helder, é um produto social que resulta da forma como os recursos são distribuídos e das decisões que determinam quem vive e quem morre. O que está em jogo não é o número dos pobres, mas a estrutura que precisa que eles existam. Sua denúncia recoloca a pobreza na esfera das escolhas humanas, abrindo caminho para uma compreensão política e histórica da miséria, em oposição frontal às explicações biológicas e naturalizantes do pensamento malthusiano.

A crítica de Dom Helder torna-se ainda mais relevante quando analisada no contexto geopolítico da Guerra Fria. Durante esse período, grandes fundações norte-americanas, como a Ford e a Rockefeller, passaram a financiar pesquisas demográficas e programas de planejamento familiar em países do chamado Terceiro Mundo. Esses programas eram frequentemente apresentados como políticas de modernização, mas funcionavam também como instrumentos de contenção social. Ao sugerir que o crescimento populacional era a principal barreira ao desenvolvimento, essas iniciativas inocentavam as estruturas de exploração econômica e reforçavam a narrativa de responsabilização dos pobres. Dom Helder se contrapõe a essa visão ao mostrar que não há excesso de pobres; há excesso de injustiça, recodificando a pobreza como fenômeno político global.

Além disso, o neomalthusianismo encontrou terreno fértil na América Latina em função das reformas conservadoras implementadas pelos regimes militares. Esses regimes, ao mesmo tempo em que sufocavam movimentos populares e restringiam direitos políticos, reforçavam a ideia de que a pobreza poderia ser administrada por meio de intervenções demográficas e campanhas de controle da natalidade. Ao rejeitar essa lógica, Dom Helder restituía às populações marginalizadas sua condição de sujeitos históricos, desmontando a ideia de que seus corpos eram problema social a ser

administrado. Sua atuação, portanto, não se limitou ao campo moral e religioso, mas configurou uma intervenção política de alcance continental, enfrentando estruturas discursivas utilizadas para justificar a exclusão social.

3. A PERSPECTIVA TEOLÓGICA REFERENTE AO FATALISMO MALTHUSIANO

Dom Helder Camara, atuando como um "operador social do sagrado", enquanto agente que mobiliza o capital simbólico religioso no campo social (Marques, 2012), se contrapõe a lógica malthusiana não somente na esfera política, mas também na teológica. Em seu discurso de 1968, em Berlim, intitulado *"Os Jovens Exigem e Constroem a Paz"*, o arcebispo recusa a tese de que a escassez seja fruto da natureza ou, principalmente, da incapacidade dos povos do Terceiro Mundo. Ele denuncia o "colonialismo interno" e a estrutura fundiária arcaica como as verdadeiras causas da miséria na América Latina:

Latifundiários, mantêm inexplorada a maior parte de suas terras abundantes. Permitem que nelas morem e trabalhem famílias pobres. Mas, para que não adquiram direitos, são mantidas cuidadosamente em casebres infectos e trabalham em regime patriarcal, sem lei nenhuma que os ampare. Indiscutível situação infra-humana (Camara, 1968, p. 2).

Ao descrever a situação como "infra-humana" e fruto da ação dos latifundiários, Dom Helder realiza a transposição da definição de desigualdade social: da predestinação natural para o resultado de um processo histórico. Ou seja, a miséria não é um freio natural, mas uma produção social. Essa leitura aproxima-se da crítica marxista apresentada por Nildo Viana (2006), que argumenta que "uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida em que o ser humano não interfere historicamente" (Marx, 1988 in Viana, 2006, p. 90). Dom Helder, portanto, politiza uma "consequência natural" ao demonstrar que a fome é uma interferência humana, uma decisão política de manutenção de privilégios, e não um desígnio divino ou natural.

A radicalidade da crítica teológica de Dom Helder atinge seu ápice na redefinição ontológica da miséria. Em sua intervenção no *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, em 1971, ele propõe uma equivalência moral e destrutiva entre a pobreza extrema e as armas de destruição em massa. Contestando a "paz" armada da Guerra Fria, ele afirma:

É urgente deixar evidente, para muitos, o que alguns começam a admitir: que o subdesenvolvimento se equipara à guerra bioquímica e à guerra nuclear, pois leva à miséria, à fome, à condição sub-humana, à marginalização, ao fatalismo. Deixa, em milhões de criaturas humanas, deformações físicas, psíquicas e morais (Camara, 1971, p. 1).

Essa passagem é crucial para entender a ruptura com o pensamento conservador religioso que via a pobreza como provação espiritual. Dom Helder a classifica como uma "guerra de fato". Diante disso, se a teoria neomalthusiana contemporânea, analisada por Damiani, sugeria que "o crescimento da população [...] determinaria a existência de uma população excedente às possibilidades do desenvolvimento econômico" (Damiani, 2002, p. 23), Dom Helder contra-argumenta, em 1972, no discurso *"Se Queres a Paz, Trabalha pela Justiça"*, que a verdadeira ameaça não é o número de pobres, mas a "injustiça, fonte de todas as violências" (Camara, 1971, p. 3). Ele introduz, assim, a categoria teológico-política da "Violência-Mãe", a injustiça estrutural, que gera a violência revolucionária e a violência repressiva. Em Kansas City (1972), ele é enfático ao desmascarar a grande responsabilidade da superpopulação como causa da pobreza, apontando para a distribuição iníqua:

A miséria precisa ser incorporada, por nós, às guerras, sendo a mais hipócrita, a mais traiçoeira e a mais mortífera de todas elas. A juventude brasileira canta: a guerra mata muito, a fome mata mais (Camara, 1972, p. 2).

A corrente teológica adotada por Dom Helder, a teologia da libertação, não aceita o "Deus" que sanciona a desigualdade. Ele invoca um "Deus Pai" que exige justiça. No discurso de 1978, em Sacramento, ele desafia a lógica da "Segurança Nacional" que servia de anteparo ideológico para regimes autoritários que implementavam políticas de austeridade e controle populacional forçado, práticas denunciadas em Damiani (2002) como "esterilização maciça da população pobre" sob a égide de organismos internacionais. Dom Helder questiona a idolatria da segurança em detrimento da pessoa humana:

Quando a segurança se transforma em valor absoluto, a consequência é um valeduto. [...] Já reparastes que, quando os USA reclamam contra sequestros e torturas em alguns países da América Latina, estão enfrentando as consequências, sem ir às causas? (Camara, 1978, p. 1).

A análise de Dom Helder dialoga, ainda que por vias distintas, com a crítica à economia política. Alfredo Saad Filho, ao discutir a teoria marxista do valor, explica que "a exploração através da extração de mais-valia é uma característica sistêmica e absolutamente geral do capitalismo" e que o sistema opera como uma "bomba de extração de mais-valia" (Saad Filho, 2003, p. 171). Dom Helder traduz essa extração sistêmica em termos éticos e teológicos, denunciando as Macro-empresas plurinacionais como devoradoras da humanidade.

Em 1971, ele questiona o *SIPRI* sobre o papel dessas corporações, antecipando debates sobre a globalização neoliberal:

Estamos notando que os velhos Trusts internacionais, com nome e roupagem novas, estão devorando a chamada iniciativa privada, tornando-se mais fortes que os Governos mais fortes e do que os próprios Militares, assumindo efetivamente, o controle do Mundo? (Camara, 1972, p. 5).

Para Dom Helder, a “ferida” está em uma estrutura consolidada no Colonialismo interno e no Neo-Colonialismo. Ele recusa os argumentos presentes na tese malthusiana de que a pobreza decorre da escassez natural, alinhando-se à percepção de que a "superpopulação relativa" é uma necessidade do capital, conforme explicado por Viana (2006) ao citar Marx: "A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (Marx, 1988 in Viana, 2006, p. 93). Assim, Dom Helder vê nessa multiplicação não um destino biológico, mas uma condenação econômica que a Igreja deve combater.

Ao abordar a questão dos imigrantes ilegais nos EUA em 1978, ele desmonta a hipocrisia das fronteiras fechadas, lembrando aos norte-americanos sua própria origem e a responsabilidade na criação das condições de miséria que forçam a migração:

Ou não tem parte grave de responsabilidade na criação de condições de vida, nos países de origem dos ilegais, condições de vida que tornaram impraticável viver na própria pátria? (Camara, 1978, p. 3).

A crítica teológica de Dom Helder Camara constitui, portanto, uma epistemologia da libertação que confronta a "racionalidade fria" denunciada por Eduardo Hoornaert e citada por Marques (2012, p. 222), racionalidade essa que busca dominar as pessoas em vez de libertá-las. Ao recusar o fatalismo malthusiano, que vê a fome como lei natural, e ao adotar a perspectiva de que a miséria é uma produção histórica, Dom Helder dessacraliza a ordem econômica injusta e ressacraliza o ser humano oprimido. Suas falas não são um consolo para a vida após a morte, mas uma exigência de transformação das estruturas de produção e dominação aqui e agora. Ele desmascara a ideologia do "crescimento populacional" como causa da pobreza, revelando-a como cortina de fumaça para a concentração de riqueza.

4. POPULISMO E HARMONIA ARTIFICIAL

Enquanto o pensamento malthusianismo naturaliza a pobreza, o populismo a despolitiza. Se um transforma desigualdade em lei da natureza, o outro a apresenta como problema de caráter moral, solucionável por gestos de generosidade das lideranças políticas. Ambos, embora distintos, convergem em uma mesma operação: impedir que a população reconheça a estrutura que produz e reproduz a miséria.

Durante a ditadura civil-militar, elementos típicos do populismo foram mobilizados para legitimar a autoridade do Estado e reforçar a imagem de harmonia social. Campanhas de civismo, programas assistenciais e ações simbólicas de proximidade com o povo desenhavam a figura de um

Estado protetor, ao mesmo tempo em que políticas econômicas concentradoras ampliavam a desigualdade. A gratidão substituía o direito, e a caridade assumia o lugar da justiça. Nesse contexto, a miséria aparecia não como injustiça histórica, mas como carência individual a ser atenuada por meio de concessões paternalistas.

É exatamente essa lógica que Dom Helder subverte. Em seus discursos, ele rejeita a narrativa que transforma o pobre em destinatário agradecido de favores. Seguindo a lógica de que não se deve pedir ao pobre que agradeça pelas migalhas, mas perguntar por que ele só recebe migalhas, Dom Helder desloca a questão do nível moral para o nível estrutural. A crítica não se dirige à falta de generosidade, mas ao fato de que a caridade funciona como mecanismo de controle social. Nesse sentido, sua intervenção desnuda o populismo como forma de reprodução da desigualdade, e não como solução para ela.

A leitura marxista ajuda a aprofundar essa crítica. O populismo, ao exaltar o governante como benfeitor, oculta as relações de exploração que sustentam sua autoridade. Ele produz a imagem de um corpo social sem conflitos, no qual as classes populares são convocadas a reconhecer a proteção do Estado em vez de reivindicar direitos. Dom Helder desafia esse mecanismo ao insistir que não basta aliviar os efeitos da pobreza: é preciso interrogar a estrutura que a produz. Seu discurso não reforça dependências simbólicas; ao contrário, expõe sua violência.

Juan Luis Segundo (1978) também contribui para entender essa crítica quando denuncia o uso da fé como instrumento de acomodação. Segundo ele, uma religião que legitima a injustiça perde sua identidade e torna-se ideologia. Dom Helder compartilha dessa perspectiva ao recusar um ideal que atribuiria à pobreza um valor moral ou um sentido espiritualizante. Sua teologia, enraizada na justiça, revela que a fé não pode reforçar estruturas opressoras. Essa postura o coloca em oposição tanto ao populismo político quanto às interpretações religiosas que servem ao poder, e não aos pobres.

Assim, a crítica de Dom Helder ao populismo ultrapassa a denúncia assistencialista. Ela revela que a distribuição de favores, quando desprovida de transformação estrutural, reforça a subordinação dos pobres. Seu discurso devolve às classes populares sua condição de sujeitos históricos, em vez de destinatários passivos de benevolência estatal. Ele rompe a narrativa de harmonia fabricada, expõe o conflito como motor da história e recoloca a pobreza no centro da análise política, e não no campo da gratidão.

É preciso considerar que, durante o regime militar, o populismo não se manifestou apenas por meio de ações assistenciais pontuais, mas também através do aparelho ideológico do Estado. Campanhas de comunicação institucional, programas televisivos, pronunciamentos oficiais e até iniciativas escolares construíram a imagem de um Brasil unido, ordeiro e em desenvolvimento. Essa retórica buscava sufocar conflitos e reforçar a ideia de que a pobreza era resíduo histórico, não efeito do modelo econômico concentrador estabelecido pela ditadura. Dom Helder rompe com essa

narrativa ao demonstrar que a pobreza não diminui com propaganda e civismo, mas com redistribuição de poder e de recursos.

Além disso, o populismo durante a ditadura operava mediante a cooptação simbólica de setores religiosos, convocados a reforçar mensagens de consenso e unidade nacional. Nesse ambiente, o discurso de Dom Helder assume papel subversivo: recusa o silêncio e denuncia a desigualdade como violência estrutural. Sua crítica não se dirige apenas ao uso político da religião, mas ao próprio modelo que reduz a cidadania ao recebimento de benefícios. Contra a lógica da dependência e da gratidão, Dom Helder reivindica a dignidade humana como princípio inegociável e convoca os pobres a reconhecerem-se como agentes históricos de mudança.

5. A PRÁXIS DA LIBERTAÇÃO

As divergências de Dom Helder Camara com os ideais formulados, inicialmente, por Malthus não se encerraram no plano da denúncia ou da análise política e macroeconômica; ela desaguou, necessariamente, em uma proposta concreta de ação política e organização social. Sendo assim, se o neomalthusianismo prega a passividade diante das "leis naturais" da escassez, ou a intervenção autoritária via controle demográfico, Dom Helder contrapôs a essa lógica a agência histórica dos oprimidos. O arcebispo que transcendia a figura do orador carismático para atuar como um articulador estratégico, buscava traduzir a indignação ética em movimentos estruturados. Cruzando os discursos helderianos com a análise histórica de Marques e Pina Neta (2018) e com as reflexões sobre educação e emancipação de Adorno em Fiorini (2018), emerge uma práxis que aposta na "conscientização" e nas "Minorias Abraâmicas" como antídotos à barbárie capitalista e à naturalização da miséria.

Para compreender a eficácia do enfrentamento de Dom Helder à tese da "superpopulação" como causa da pobreza, é imperativo analisar sua capacidade de organização institucional. Marques e Pina Neta (2018) desconstroem a imagem de um místico ingênuo e revelam um estrategista que operava nos bastidores com "capacidade de prever e organizar-se para o futuro". Essa competência organizacional era, em si, uma refutação prática aos "cravos" pregados por Malthus, e suas neoteorias: se a pobreza fosse um destino biológico, a organização política seria inútil; ao organizar-se, Dom Helder afirmava a causalidade política da fome.

A Conferência de Medellín (1968) representa o ponto de inflexão dessa estratégia. Como mostram Marques e Pina Neta (2018), Dom Helder atuou intensamente para garantir que a conferência não fosse um evento protocolar, mas um marco de compromisso com a justiça estrutural. Nas cartas citadas pelos autores, o Arcebispo revela sua intenção de criar um movimento continental para dar "consistência prática" aos documentos efervescentes da Igreja, superando a inércia:

O problema agora, é chegar à prática. Não ficar no papel. Na linha desta preocupação, aqui lhes envio a tradução portuguesa do anteprojeto para uma: AÇÃO, JUSTIÇA e PAZ (Camara, 2014, in Marques; Pina Neta, 2018, p. 66).

Este movimento, gestado sob a alcunha de "Pressão Moral Libertadora", visava enfrentar o que ele chamava de "pecados da América Latina", as estruturas de injustiça que o discurso hegemônico tentava mascarar como crises demográficas. A estratégia era clara: se as oligarquias e as Macroempresas dominavam pela força econômica e pela imposição de uma racionalidade tecnocrática excludente, a Igreja e a sociedade civil deveriam organizar uma pressão ética inarredável. Dom Helder entendia que uma ação de caráter claro e corajoso poderia libertar os filhos de Deus marginalizados, provando assim que a margem não é o lugar natural dos pobres, mas o resultado de uma falta de justiça (Marques; Pina Neta, 2018).

A batalha contra a fome exigia, na visão de Dom Helder, o desmantelamento da ideologia que a sustentava. Em seu discurso de 1968, *Os Jovens Exigem e Constroem a Paz*, ele afirma: "Ninguém se iluda: revolução estrutural supõe, necessariamente, revolução cultural" (Camara, 1968, p. 6). Essa revolução passa pela educação libertadora e pela conscientização, ferramentas essenciais para romper com a aceitação passiva do destino malthusiano.

Segundo Fiorini (2018), que discute a leitura de Adorno apresentada por Silva, "[...] as insuficiências dos sistemas e dos métodos da educação na atualidade suscitam uma formação cultural, ou seja, uma semiformação ou *Halbbildung* [...]" (Adorno, 2010 in Silva, 2015, p. 73 in Fiorini, 2018, p. 207). No sistema capitalista, a educação tende a adaptar o indivíduo à realidade dada em vez de emancipá-lo, e o discurso neomalthusiano opera exatamente nessa chave da semiformação: ele educa as massas para acreditarem que a culpa de sua miséria reside em seu próprio número, gerando inércia política.

Dom Helder identifica esse processo na passividade imposta pelo colonialismo cultural, e em contraposição aos efeitos desumanos da semiformação, e tendo em vista este processo, o religioso propõe a conscientização como ruptura epistemológica. No discurso de 1972, ele denuncia os regimes que, para manter o *status quo* de exploração, criminalizam o pensamento crítico:

Sustentar que o desenvolvimento... exige estados de exceção... é descrer da criatura humana e não contar com os prodígios da promoção humana, da educação libertadora... e, sobretudo, quando elas não são desvirtuadas por movimentos que parecem movimentos de conscientização, mas começam por temer até o verbo, profundamente humano, que é conscientizar (Camara, 1972, p. 3).

Para Dom Helder, vencer a marginalização não é apenas uma questão de sobrevivência biológica, mas de participação nos processos criativos. Isso se propaga na proposta de uma educação para a emancipação que promova um senso crítico diante das ideologias dominantes. A luta contra a fome torna-se, assim, uma luta contra a alienação que naturaliza a escassez.

Diante do poderio das Superpotências e das Macroempresas que administram a escassez global, a resposta estratégica de Dom Helder é o conceito de "Minorias Abraâmicas". Em seu discurso de 1972, ele define esses grupos como células de resistência à desesperança incutida pelo sistema:

O Espírito de Deus faz surgir, dentro de todos os Países... Minorias dispostas a qualquer sacrifício para ajudar a construção de um Mundo mais respirável... Estas Minorias - que eu chamo Abraâmicas, porque esperam contra toda esperança... poderão realizar duas missões, fundamentais para a paz (Camara, 1972, p. 5).

A função dessas minorias é diametralmente oposta à lógica neomalthusiana de contenção, ou seja: elas não servem para gerir a pobreza, mas para denunciar suas causas. Dom Helder as convoca a revelar as verdades ocultas pelas estatísticas oficiais e pelos meios de comunicação controlados pelo poder econômico.

Essa convocação para denunciar injustiças é uma forma de ativismo que rejeita a lógica da violência armada, mas também recusa a passividade da caridade assistencialista. É uma "não-violência ativa" que expõe as contradições do sistema.

Comparando com a análise de Lisandro Braga sobre o Estado capitalista, cuja "civilização e justiça revelam-se como indisfarçável selvageria" quando ameaçadas (Miliband, 1979, p. 74 in Braga, 2016, p. 34). Ao expor que a "segurança nacional" é muitas vezes a segurança dos privilégios, o arcebispo ataca o fundamento moral que permite ao malthusianismo florescer: a ideia de que alguns merecem viver e outros são excedentes descartáveis.

Ao contrário do que sugeriam os críticos que o rotulavam de "subversivo" ou "comunista", sua ação não visava a tomada do poder estatal pela força, mas a corrosão das bases morais e ideológicas que sustentavam a exploração. Marques e Pina Neta (2018) mostram que, ao internacionalizar sua mensagem quando silenciado no Brasil, Dom Helder transformou a "Ação Justiça e Paz" de uma escala local para global, provando que a solidariedade dos oprimidos poderia cruzar fronteiras tão rapidamente quanto o capital.

Assim, a resposta de Dom Helder ao fatalismo da fome não é a resignação demográfica, nem a explosão violenta, mas a construção obstinada de uma consciência crítica global. Sua práxis demonstra que a "superpopulação" é um mito gerido por interesses, e que a verdadeira solução reside em forçar, pela pressão moral e política organizada, a redistribuição nula nas vertentes malthusianas e neomalthusianas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos discursos de Dom Helder entre 1968 e 1978 revela uma preocupação contínua com a crítica às ideologias que naturalizam ou justificam a miséria. Sua intervenção pública não se

limita à denúncia de injustiças específicas, mas opera como esforço sistemático para desmontar os discursos que atribuem à pobreza um caráter inevitável. Nesse sentido, sua atuação se articula com tradições críticas amplas como a análise marxista, os estudos latino-americanos sobre dependência e as reflexões sociais contemporâneas sobre ideologia que compreendem a desigualdade como fenômeno histórico e político, e não como expressão de fatores naturais, morais ou religiosos.

Em vários momentos, Dom Helder identifica na sociedade discursos que deslocam a responsabilidade da miséria para os pobres, seja por meio de argumentos demográficos, morais ou assistencialistas. Essa crítica se aproxima da concepção marxista de ideologia, entendida como conjunto de representações que tornam as relações sociais de dominação aparentes como naturais. O malthusianismo ao afirmar que a pobreza decorre do crescimento populacional e o populismo ao transformar desigualdades em matéria de gratidão constituem, para ele, manifestações dessa operação ideológica. São discursos que encobrem o conflito social, neutralizam a capacidade crítica das classes populares e apresentam como destino aquilo que é resultado direto da organização econômica.

Ao examinar essas ideologias, Dom Helder busca produzir uma reorientação da consciência social. Seu esforço consiste em expor a pobreza como construção histórica que envolve concentração de terra, desigualdade de renda, dependência externa e exclusão política. Essa leitura converge com a análise de autores como Josué de Castro (1984), que compreende a fome como violência estruturada, e com Amélia Damiani (2002), que denuncia o uso contemporâneo de explicações demográficas para justificar a precarização das populações pobres. Desse modo, o discurso de Dom Helder busca retirar a miséria da esfera da fatalidade, devolvendo-lhe historicidade e responsabilizando estruturas concretas.

A crítica às ideologias da miséria também encontra ressonância na reflexão de Juan Luis Segundo (1978), cujo pensamento enfatiza a necessidade de desmontar sistemas de interpretação que legitimam desigualdades. Segundo afirma que toda análise social exige uma hermenêutica capaz de distinguir entre discurso e realidade, entre justificações e estruturas. Quando Dom Helder denuncia interpretações que normalizam o sofrimento, ele opera segundo essa lógica: não basta apontar a injustiça, é preciso revelar os discursos que a sustentam. Essa abordagem evidencia a formação de uma consciência social que não se satisfaz com explicações simplificadoras e busca compreender a trama de poderes que produz desigualdade.

A partir dessa crítica às ideologias, Dom Helder propõe uma leitura mais ampla das condições sociais brasileiras. Seus discursos convidam o público a reconhecer que a pobreza não é resultado de carências individuais, mas de escolhas políticas que priorizam determinados interesses econômicos. Ao desestabilizar discursos que culpabilizam as vítimas, ele oferece elementos para que as classes populares se reconheçam como agentes históricos, e não como públicos passivos de políticas assistenciais. Nesse sentido, sua intervenção ultrapassa a dimensão moral e adentra o campo da

formação de uma consciência crítica, capaz de questionar sistemas de dominação e reivindicar transformações estruturais.

Assim, o que emerge do conjunto de seus discursos é uma crítica articulada e profunda às ideologias da miséria, que naturalizam, moralizam ou instrumentalizam a pobreza. Dom Helder desmonta essas operações discursivas ao expor sua função política e ao insistir na historicidade da desigualdade. Sua contribuição não reside apenas na denúncia da fome, mas na construção de uma leitura crítica da realidade social brasileira, que reivindica a superação das interpretações que legitimam a exclusão. Trata-se, portanto, de uma intervenção que reúne análise histórica, crítica social e enfrentamento das narrativas que sustentam a desigualdade, reafirmando a necessidade de compreender a miséria como fenômeno produzido e não destino inevitável.

A crítica de Dom Helder às ideologias da miséria também envolve a denúncia das narrativas que as instituições políticas e econômicas utilizam para ocultar sua responsabilidade na produção da desigualdade. Em vários discursos, ele alerta para a elaboração de explicações “técnicas” e “modernizadoras” que prometem desenvolvimento ao mesmo tempo em que preservam estruturas concentradoras de renda. Essa advertência ecoa análises contemporâneas da sociologia da dependência, que apontam para a articulação entre interesses internacionais e elites locais na manutenção de modelos econômicos excludentes. Ao identificar essas narrativas como instrumentos de dominação, Dom Helder contribui para a formação de uma consciência crítica capaz de perceber que o desenvolvimento não é um processo neutro, mas campo de disputa entre projetos sociais distintos. Sua crítica, portanto, atua como antídoto contra leituras simplificadoras, convidando a sociedade a reconhecer que as explicações hegemônicas sobre a pobreza frequentemente funcionam como ferramentas políticas que, sob aparência racional ou técnica, perpetuam a desigualdade histórica.

7. REFERÊNCIAS

BRAGA, Lisandro. **Breve introdução à teoria marxista das classes sociais e do Estado. Enfrentamento**, Goiânia, ano 11, n. 19, p. 19-36, jan./jun. 2016.

AMARA, Helder. **Liderança mundial da defesa dos direitos humanos**. Mensagem por ocasião do “Governor’s Prayer Breakfast”. Sacramento, 12 jan. 1978. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DISCURSOS&pagfis=7316>. Acesso em: 11 out. 2025.

CAMARA, Helder. **Os jovens exigem e constroem a paz**. Intervenção no painel realizado durante o Congresso Mundial da Federação Mundial das Juventudes Femininas Católicas e da Federação Internacional da Juventude Católica. Berlim, abr. 1968. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DISCURSOS&pagfis=5561>. Acesso em: 11 out. 2025.

CAMARA, Helder. **Paz e segurança para o Terceiro Mundo**. Intervenção na reunião do Conselho Científico do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). Estocolmo, 11 set. 1971.

Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DISCURSOS&pagfis=6318>. Acesso em: 11 out. 2025.

CAMARA, Helder. **Se queres a paz, trabalha pela justiça**. Palestra realizada durante a Conferência Ecumênica sobre a guerra no Vietnã. Kansas City, 15 jan. 1972. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DISCURSOS&pagfis=6405>. Acesso em: 11 out. 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus Editora, 1995.

FIORINI, Jessica Sampaio. **Teoria marxista, teoria crítica e educação**. Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 196-211, jul./dez. 2018.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre o princípio da população**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Edição original de 1798.)

MARQUES, Luiz Carlos Luz. **Operadores sociais do sagrado: direito e deveres civis**. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, Recife, v. 1, n. 1, p. 217-226, dez. 2012.

MARQUES, Luiz Carlos Luz; PINA NETA, Lucy. **O "irmão dos pobres" esteve lá: o que o "Pequeno Concílio" de Medellín e Helder Câmara significaram um para o outro?** REVER - Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 66-83, mai./ago. 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAAD FILHO, Alfredo. **Teoria Marxista do Valor: uma introdução**. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 160-177, set. 2003.

SEGUNDO, Juan Luis. **Teologia da libertação: uma reflexão crítica**. São Paulo: Loyola, 1978.

VIANA, Nildo. **A teoria da população em Marx**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 2006.